Excelentíssimos Membros do Parquet,

Informo a Vossas Excelências, para conhecimento e/ou providências, o resultado do julgamento dos certames pautados na **10^a Sessão Ordinária do Conselho Superior**, realizada em 15/10/2021, conforme abaixo:

3. Julgamento de Certame:

3.1. Julgamento de remoção na 2^a Entrância, para o cargo de 6^o PJ Criminal de Marituba, Edital n.º 34/2021, Gedoc n.º 112.833/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **RODRIGO AQUINO SILVA**, que ocupa a 54^a (quinquagésima quarta) posição na lista de antiguidade da 2^a entrância, para remoção ao cargo de **6^o PJ CRIMINAL DE MARITUBA** em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.2. Julgamento de remoção na 2^a Entrância, para o cargo de 1^o PJ de Tailândia, Edital n.º 35/2021, Gedoc n.º 112.831/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **ALAN JOHNES LIRA FEITOSA**, que ocupa a 114^a (centésima décima quarta) posição na lista de antiguidade da 2^a entrância, para remoção ao cargo de **1^o PJ DE TAILÂNDIA** em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.3. Julgamento de remoção na 2^a Entrância, para o cargo de 12^o PJ Agrário de Marabá, Edital n.º 36/2021, Gedoc n.º 112.849/2021.

A candidata **GRACE KANEMITSU PARENTE** desistiu de participar do certame. O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **MARIANA SOUSA CAVALEIRO DE MACEDO DANTAS**, que ocupa a 113^a (centésima décima terceira) posição na lista de antiguidade da 2^a entrância, para remoção ao cargo de **12^o PJ AGRÁRIO DE MARABÁ** em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.4. Julgamento de remoção na 2^a Entrância, para o cargo de 2^o PJ de Monte Alegre, Edital n.º 37/2021, Gedoc n.º 112.840/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º

057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **RAFAEL TREVISAN DAL BEM**, que ocupa a 130ª (centésima trigésima) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 2º PJ DE MONTE ALEGRE em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.5. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Mocajuba, Edital n.º 38/2021, Gedoc n.º 112.836/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **DIRK COSTA DE MATTOS JUNIOR**, que ocupa a 59ª (quinquagésima nona) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de **PJ DE MOCAJUBA**, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.6. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Bujaru, Edital n.º 39/2021, Gedoc n.º 112.850/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **LÍVIA TRIPAC MILEO CÂMARA**, que ocupa a 24ª (vigésima quarta) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de **PJ DE BUJARU**, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.7. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de São Félix do Xingu, Edital n.º 40/2021, Gedoc n.º 112.847/2021.

CERTAME DESERTO

O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** que não houve inscritos e **DETERMINOU** que o cargo fique disponível para provimento inicial na carreira.

3.8. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de São Francisco do Pará, Edital n.º 41/2021, Gedoc n.º 112.839/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **MARILUCIA SANTOS SALES**, que ocupa a 4ª (quarta) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de **PJ DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ**, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.9. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 7º PJ Agrário de Santarém, Edital n.º 43/2021, Gedoc n.º 117.357/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **HERENA NEVES MAUÉS CORRÊA DE MELO**, que ocupa a 94ª (nonagésima quarta) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de **7º PJ AGRÁRIO DE SANTARÉM** em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.10 Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Juruti, Edital n.º 44/2021, Gedoc n.º 121.171/2021.

CERTAME DESERTO

O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** que a única candidata inscrita ficou com sua inscrição prejudicada, visto que seu requerimento de inscrição foi em data anterior a sua remoção, nos termos do § 9º do art. 56 do Regimento Interno do CSMP e **DETERMINOU** que o cargo ficasse disponível para provimento inicial na carreira.

3.11. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Brasil Novo, Edital n.º 45/2021, Gedoc n.º 121.165/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA**, que ocupa a 47ª (quadragésima sétima) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de **PJ DE BRASIL NOVO**, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.12. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de São João do Araguaia, Edital n.º 46/2021, Gedoc n.º 121.175/2021.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, **DECIDIU INDICAR**, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça **JOSÉ ALBERTO GRISI DANTAS**, que ocupa a 27ª (vigésima sétima) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de **PJ DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA**, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3.13. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Rurópolis, Edital n.º 47/2021, Gedoc n.º 121.167/2021.

CERTAME DESERTO

O Egrégio Conselho Superior **TOMOU CONHECIMENTO** que os candidatos inscritos, desistiram de participar do certame e **DETERMINOU** que o cargo fique disponível para provimento inicial na carreira.

Atenciosamente,

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MPPA